



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

EDITAL DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

Pregão Eletrônico nº 90002/2026	Data de Abertura: 10/03/2026 - às 09h00m (Horário de Brasília) no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/
Objeto	
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de caráter continuado com vistas a administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis (gasolina comum e aditivada -, óleo diesel comum e S-10), utilizando cartão eletrônico (com chips), tecnologia <i>smart</i> ou cartão com tarja magnética, mediante sistema informatizado via internet, para a frota de veículos e grupos geradores na Seção Judiciária do Amazonas-SJAM, Subseção Judiciária de Tabatinga - SSJTBT, e Unidade de Atendimento Avançado de Tefé - UAATFE, a serem realizados por meio de rede própria ou credenciada da contratada, conforme condições, quantidades e exigência estabelecidas no Termo de Referência.	

Quadro de pesquisas de preços

Itens	Combustível	Estimativa anual (L)	Valor médio de revenda 23902695	Total estimado unit.	Total estimado anual	Tx. Adm	Total anual da contratação
1	Gasolina aditivada	360	R\$ 7,04	R\$ 2.534,40	R\$ 83.966,64	2%	R\$ 85.645,97
2	Gasolina comum	3.804	R\$ 6,98	R\$ 26.551,92			
3	Óleo diesel comum	5.808	R\$ 6,49	R\$ 37.693,92			
4	Óleo diesel S10	2.340	R\$ 6,50	R\$ 15.210,00			
5	Etanol	360	R\$ 5,49	R\$ 1.976,40			

Prazo para registro, no Comprasnet, do valor da proposta de preços: A partir da data da liberação do Edital no Portal do Comprasnet, até a

data e hora de abertura da sessão pública.

O registro, no sistema Comprasnet, do valor da proposta de preços deverá considerar o valor global.

EDITAL DE LICITAÇÃO

UASG: 090002

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PROCESSO nº 0002365-38.2025.4.01.8002

A Justiça Federal de Primeiro Grau do Amazonas, por intermédio da Pregoeira designado pela Portaria DIREF nº 120/2025 (doc. 23170285), de 10/07/2025, torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico do Tipo Menor Preço Global, modo de disputa ABERTO**, com obediência aos preceitos e disposições do Termo de Referência da Contratação (Anexo I deste Edital) e das seguintes disposições normativas e suas respectivas alterações posteriores:

Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 8.078/1990; Decreto nº 8.538/2015; Resolução CNJ nº 07/2005; [Resolução CNJ nº 351/2020](#), [Resolução CJF nº 147/2011](#), Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03/2018; Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de caráter continuado com vistas a administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis (gasolina comum e aditivada -, óleo diesel comum e S-10), utilizando cartão eletrônico (com chips), tecnologia *smart* ou cartão com tarja magnética, mediante sistema informatizado via internet, para a frota de veículos e grupos geradores na Seção Judiciária do Amazonas-SJAM, Subseção Judiciária de Tabatinga - SSJTBT, e Unidade de Atendimento Avançado de Tefé - UAATFE, a serem realizados por meio de rede própria ou credenciada da contratada, conforme condições, quantidades e todas as exigência estabelecidas no Termo de Referência (atenção à descrição dos serviços, fluxo operacional, controle e segurança do sistema e identificação do serviço a executar).

1.2 – Define-se esse serviço informatizado de gerenciamento de frota, em tempo real: a disponibilização e operação de sistema integrado de gerenciamento das despesas e informações dos veículos pertencentes à frota do órgão Contratante, com captura eletrônica instantânea das transações de consumo, com fornecimento de produtos em rede credenciada de fornecedores, mediante ressarcimento, além do fornecimento de aplicativo gerencial para a efetiva gestão e controle.

1.3 - As especificações contidas no Edital e seus anexos SEMPRE prevalecerão em relação àquelas contidas no Portal de Compras Governamentais (Comprasnet).

2 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 10/03/2026

Horário: 09h00m (horário de Brasília)

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3 - O credenciamento junto ao Comprasnet implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Justiça Federal do Amazonas responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 - Não será permitida a participação de empresas:

a) que estejam sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de Crimes Ambientais);

b) que se encontrem sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;

b.1) Na hipótese de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente. As cópias dos documentos em questão deverão ser anexadas junto às documentações de habilitação ou anexadas ao sistema SICAF;

c) reunidas em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

d) suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a Justiça Federal de Primeiro Grau do Amazonas;

e) suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a União, nos termos do artigo 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

f) declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 156, IV, da lei nº 14.133/2021;

g) proibidas de contratar com o Poder Público, em decorrência de condenação definitiva com fundamento na Lei 8.429/1992 (consulta ao banco de dados do CNJ: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade - CNCIAI);

h) Possuam no seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados, ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação,

em atendimento ao artigo 2º da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005.

4 – DAS DECLARAÇÕES NO COMPRASNET

4.1 - A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico (Comprasnet):

- a) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) A proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- c) Atendimento aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- d) Inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação em caso de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- e) Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- h) Observância aos incisos III e IV do art. 1º e de que cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- i) Cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis

5 – DAS DOCUMENTAÇÕES DE PROPOSTA

5.1 – Documentações de Proposta de Preços a serem anexadas:

5.1.1 – CARTA PROPOSTA contendo a descrição do serviço ofertado, conforme modelo disposto no Anexo II deste Edital, e atendendo aos seguintes dispositivos:

- a) deverá ser redigida em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar o nome da empresa e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, além de indicar o endereço, e-mail e seu telefone de contato, bem como fazer menção ao número deste Pregão;
- b) deverá informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contado do dia útil imediatamente

posterior ao indicado no preâmbulo deste Edital;

c) descrição completa do serviço, o número do item, o quantitativo, o preço global;

d) As proponentes deverão apresenta declaração que possui as condições operacionais necessárias ao fornecimento dos itens;

e) deverá indicar o nome e os números dos documentos (RG e CPF) do representante legal da empresa, que assinou a proposta de preços apresentada. Caso o Representante Legal da empresa não esteja contemplado para tal no Contrato Social ou Estatuto da empresa, deverá apresentar procuração dando-lhe poderes para assinatura da proposta de preços;

f) deverá conter especificações claras e detalhadas do objeto ofertado, obedecidas as condições contidas no Anexo I - Termo de Referência e no Anexo II – Modelo de Proposta de Preços. Conter, além das informações dispostas nas alíneas acima, os valores unitário e total do item ofertado compatíveis com os preços correntes no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária, em moeda corrente nacional, limitado a 02 (dois) dígitos após a vírgula.

g) anexar à Proposta de Preços um dos seguintes documentos: catálogo(s), link, folheto(s), impresso(s) ou publicações originais do fabricante que conste as especificações para fins de análise em relação às especificações contidas no Termo de Referência;

5.2 - O preço final de cada item será apurado da seguinte forma: multiplica-se o preço unitário pelo quantitativo anual estimado; sobre este produto, será deduzido o percentual de desconto; em seguida, sobre o valor com desconto, deverá ser acrescentada a taxa de administração;

5.2.1 - O preço global final será o somatório do preço final de cada item/material;

5.2.2 - no preço ofertado deverão estar inclusos todos os custos decorrentes da contratação, tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, contribuição patronal à Seguridade Social, fiscais e comerciais, embalagens, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação dos fornecimentos e à perfeita execução dos serviços.

5.3 - A participação no certame, com a apresentação das documentações de proposta, implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores que encerrem a pretensão de alterar o valor ofertado.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 – Documentos de habilitação a serem anexados:

6.1.1 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

6.1.1.1 - Serão verificadas as validades dos documentos abaixo, exceto nos casos de licitantes que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, mediante comprovação da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente. As cópias dos documentos comprobatórios da situação de recuperação judicial ou extrajudicial da licitante deverão ser anexadas no sistema Comprasnet ou anexadas ao sistema SICAF:

a) Prova de Regularidade para com Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal;

b) Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS junto à Caixa Econômica Federal;

- c) Prova de Regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal;
- d) Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 6.1.2.1 – Apresentar a última alteração contratual ou, no caso de empresa individual, o registro comercial. Em ambos os casos, os documentos deverão estar devidamente registrados no órgão competente.
- 6.1.2.2 - No Contrato Social vigente da licitante, deverá constar, dentre as atividades econômicas principais ou secundárias, a prestação de serviços compatíveis com o objeto deste Pregão Eletrônico.
- 6.1.2.3 - Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.
- 6.1.2.4 - São aplicáveis as regras do art. 3º da Lei 13.726/2018 relativamente à autenticação de documentos.
- 6.1.2.5 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

6.1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 6.1.3.1 – A licitante deverá Anexar:

- a) certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, salvo no caso de licitantes que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, mediante comprovação da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente. As cópias dos documentos comprobatórios da situação de recuperação judicial ou extrajudicial da licitante deverão ser anexadas junto às documentações de habilitação ou anexadas ao sistema SICAF.
- b) No caso de licitante que declarar, no sistema Comprasnet, a condição disposta na alínea “j” do subitem 4.1 deste Edital, declaração de que no ano-calendário de realização desta licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, com fulcro no §2º, artigo 4º da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.

6.1.4 - DECLARAÇÃO CIÊNCIA VEDAÇÃO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO/CNJ Nº 07/2005:

- 6.1.4.1 - A licitante deverá anexar:

- a) Declaração de ciência da vedação imposta pelo art. 3º da Resolução/CNJ nº 07/2005, conforme modelo constante no Anexo IV deste Edital.

6.1.5 – DECLARAÇÃO QUE NÃO ESTEJA SOB PENA DE INTERDIÇÃO DE DIREITOS PREVISTOS NA LEI Nº 9.605, DE 12.02.98 (LEI DE CRIMES AMBIENTAIS).

- 6.1.5.1 - A licitante deverá anexar:

- a) Declaração em que afirme não estar sob pena de interdição de direitos previstos na lei nº 9.605, de 12.02.98 (lei de crimes ambientais), conforme modelo constante no Anexo V deste Edital.

6.1.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 6.1.6.1 - Para todos os itens, a licitante deverá anexar:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que demonstre(m) ter a licitante fornecido bem compatível em características com o objeto do referido item.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 – Cabe ao licitante se responsabilizar formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

7.4 – O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e

7.5 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 – O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.2 - Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.3 – O registro, no sistema Comprasnet, do valor da proposta de preços deverá considerar o valor global.

9 – DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES – MODO ABERTO)

9.1 - Na etapa competitiva (sessão pública), os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

9.2 – O (s) lance (s) deverão ser formulados pelo valor global.

9.3 - O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.4 - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.5 - Observado o subitem 9.3, supracitado, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.6 - O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.7 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.8 - Será adotado o modo de disputa aberto.

9.9 - Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

9.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta será de R\$ 5,00 (cinco reais). Lances intermediários são lances iguais ou superiores ao menor já ofertado no Pregão.

9.11 - Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados na ordem crescente.

9.12 - A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.13 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 9.12, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.14 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 9.12 e 9.13, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 9.11.

9.15 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

9.16 - Após o reinício previsto no subitem 9.15, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.17 - Encerrada a etapa de que trata o subitem 9.16, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 9.11.

9.18 - Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate previstos no subitem 12.15, com fulcro no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

10 - DA NEGOCIAÇÃO

10.1 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, poderá negociar condições mais vantajosas.

10.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.2.1 – A negociação, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, será realizada no sistema Comprasnet, devendo a licitante se manifestar quanto à negociação, ao menos, para o valor estimado pela Administração, no prazo de 30 (trinta) minutos.

10.2.2 – Decorrido o prazo estabelecido no subitem 10.2.1 sem que ocorra a manifestação da licitante convocada, esta será desclassificada, convocando a próxima licitante na sequência da classificação do certame.

10.3 - Em caso de propostas empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 11.15 deste Edital, com fulcro no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

10.4 - Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

10.5 – As regras de negociação serão adotadas em relação aos preços de cada item, considerando os valores máximos dispostos no subitem 1.3 deste Edital.

11 – DO JULGAMENTO

11.1 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

11.2 – A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada e deverá encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras Governamentais, por meio da opção “Enviar Anexo”, as documentações de proposta de preços, exigidas no item 05 (cinco) deste Edital, ajustadas ao valor do lance ou da negociação.

11.3 - A convocação mencionada no subitem 11.2 será feita pelo chat no Comprasnet.

11.4 - O prazo indicado no subitem 11.2 poderá ser prorrogado, por igual período, nas seguintes situações:

11.4.1 - por solicitação do licitante, realizada através do chat do sistema comprasnet, dentro do período de 02 (duas) horas de convocação, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

11.4.2 - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital.

11.5 - Somente serão recebidas e analisadas as documentações de proposta anexadas no Sistema Comprasnet. Não serão aceitas e nem analisadas, sob hipótese alguma, documentações enviadas via email ou qualquer outro meio que não for o Sistema Comprasnet.

11.6 - A licitante que deixar de enviar as documentações de proposta no prazo estipulado no subitem 11.2 terá sua proposta desclassificada.

11.7 – Decorrido o prazo estabelecido no subitem 11.2, com sua eventual prorrogação, ao ser verificada, durante a análise das documentações anexadas, a necessidade da apresentação de documentação retificada, ajustada e/ou complementar de proposta de preços, o licitante será

convocado para anexá-la no prazo de 2 (duas) horas no Portal de Compras Governamentais, por meio da opção “Enviar Anexo”.

11.8 - A convocação mencionada no subitem 12.7 será feita pelo chat no Comprasnet.

11.9 - O prazo indicado no subitem 11.7 poderá ser prorrogado, por igual período, nas seguintes situações:

11.9.1 - por solicitação do licitante, realizada através do chat do sistema comprasnet, dentro do período de 02 (duas) horas de convocação, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

11.9.2 - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos retificados, complementares e/ou ajustados.

11.10 - Somente serão recebidas e analisadas as documentações de proposta retificadas, ajustadas e/ou complementares anexadas no Sistema Comprasnet. Não serão aceitas e nem analisadas, sob hipótese alguma, documentações enviadas via email ou qualquer outro meio que não for o Sistema Comprasnet.

11.11 – Solicitar-se-á, nos termos do subitem 11.7, retificações, ajustes e/ou complementações das documentações originalmente anexadas, quando:

a) for necessária a indicação de informações exigidas no subitem 5.1.1 do Edital, que, porventura, não tenham sido prestadas ou que foram apresentadas de forma errônea;

b) nos termos do Acórdão 1211/2021 – TCU Plenário, quando necessária a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

11.12 – Decorrido o prazo estabelecido no subitem 11.7 do Edital e não havendo a anexação da documentação ajustada e/ou complementar requerida, a proposta de preços da licitante será desclassificada.

11.13 – Em sendo apresentadas as documentações nos termos do subitem 11.7, após decorrido o prazo de convocação e sua eventual prorrogação, estas serão devidamente analisadas decidindo-se, ao final da análise, pela aceitação ou desclassificação da proposta de acordo com os ajustes, retificações, complementações realizados.

11.14 - As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

11.15 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação. A convocação será realizada pelo sistema Comprasnet;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Em havendo registros de ocorrências e impedimentos para licitar, a licitante ficará em desvantagem em comparação à outra licitante que não apresenta registros.

11.15.1 - Em igualdade de condições, aplicadas as disposições das alíneas “a” e “b” do subitem 11.15, e, ainda assim, não houver desempate, será assegurada preferência à licitante localizada no Estado do Amazonas.

11.15.2 – Por fim, persistindo o empate, será adotada a ordem de classificação indicada no Comprasnet.

11.16 - É indício de inexecuibilidade da proposta valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (informado no subitem 1.3 deste Edital).

11.16.1 – Em ocorrendo a situação prevista no subitem 12.16 do Edital, o licitante, para fins de comprovação da exequibilidade do seu preço, deverá anexar, durante o período de convocação previsto nos subitens 11.2, 11.3 e 11.4, os seguintes documentos:

11.16.1.1 - Notas de empenho, notas fiscais, contratos ou outros documentos que possam comprovar:

a) que o valor da proposta apresentado no Pregão encontra-se condizente com os valores de mercado ou com serviços e contratações firmados pela licitante com a Administração Pública ou iniciativa privada;

b) que o preço é comprovadamente suficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

c) existência de custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

d) eventuais soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

11.17 - Será desclassificada a Proposta de Preços da licitante que prestar a Declaração de ME-EPP no sistema Comprasnet, prevista no subitem 4.1, "j", porém cujo Demonstrativo de Resultado Anual, parte integrante do Balanço Patrimonial da empresa, apontar valor de Receita Bruta superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sem prejuízo da abertura de Processo Administrativo para apurar a eventual conduta do licitante.

11.18 - Serão desclassificadas, ainda, as propostas que:

a) apresentar preço final superior ao valor máximo estabelecido no subitem 1.2 deste Edital quando, convocado para negociar o valor, nos termos do item 11 deste Edital, o licitante se negar a baixar o seu preço, pelo menos, para o valor estimado da licitação;

b) contenham vícios ou ilegalidades;

c) apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis;

d) não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao valor da proposta.

e) Não atenderem as especificações técnicas constantes na descrição dos itens apresentados no Termo de Referência, após manifestação da unidade demandante (SEMAP/NUCAD).

11.19 - O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.20 - Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

11.21 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante terá a sua proposta de preços declarada aceita.

11.22 - O critério de julgamento adotado é o de menor preço global, respeitado o limite máximo estabelecido no subitem 1.3 do Edital.

12 – DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1 - Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante que teve sua proposta aceita, conforme disposições deste Edital.

12.2 - O licitante que teve sua proposta de preços declarada aceita será convocado e deverá encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras Governamentais, por meio da opção “Enviar Anexo”, os documentos de habilitação exigidos no item 06 (seis) deste Edital.

12.3 - Em consonância com o disposto no subitem 12.2, somente serão recebidas e analisadas as documentações de habilitação anexadas no Sistema Comprasnet. Não serão aceitas e nem analisadas, sob hipótese alguma, documentações enviadas via email ou qualquer outro meio que não for o Sistema Comprasnet.

12.4 - A convocação mencionada no subitem 12.2 será feita pelo chat no Comprasnet.

12.5 - O prazo indicado no subitem 12.2 poderá ser prorrogado, por igual período, nas seguintes situações:

12.5.1 - por solicitação do licitante, realizada através do chat do sistema Comprasnet, dentro do período de 02 (duas) horas de convocação, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.5.2 - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de habilitação da licitante.

12.6 - A licitante que deixar de enviar as documentações de habilitação indicadas no item 06 (seis) deste Edital, no prazo estipulado no subitem 12.2, será declarada inabilitada.

12.7 - Decorrido o prazo estabelecido no subitem 12.2, com sua eventual prorrogação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) nos termos do Acórdão 1211/2021 – TCU Plenário, quando necessária a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame;

d) nos termos do Acórdão 988/2022 – TCU Plenário, nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação em pregões forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante.

12.8 – A apresentação das documentações mencionadas no subitem 12.7, será realizada mediante convocação realizada pelo Pregoeiro, no chat do Comprasnet, devendo a licitante anexá-la, no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras Governamentais, por meio da opção “Enviar Anexo”.

12.9 - O prazo indicado no subitem 12.8 poderá ser prorrogado, por igual período, nas seguintes situações:

12.9.1 - por solicitação do licitante, realizada através do chat do sistema comprasnet, dentro do período de 02 (duas) horas de convocação, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.9.2 - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos retificados, complementares e/ou ajustados.

12.10 - Somente serão recebidas e analisadas as documentações mencionadas no subitem 12.7 anexadas no Sistema Comprasnet. Não serão aceitas e nem analisadas, sob hipótese alguma, documentações enviadas via email ou qualquer outro meio que não for o Sistema Comprasnet.

12.11 - O Pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.12 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital de licitação.

12.13 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória,

12.14 - A habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico financeira.

12.15 - É dever do licitante encaminhar, em conjunto com a apresentação dos documentos de habilitação, no prazo estabelecido no subitem 12.2, as comprovações constantes do SICAF ou mantê-las devidamente atualizadas para que estejam vigentes, no respectivo sistema, no momento da análise dos seus documentos de habilitação.

12.15.1 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12.16 - As Certidões mencionadas nas alíneas do subitem 6.1.1.1 deverão estar devidamente válidas/regulares no momento da análise das documentações de habilitação da licitante, sob pena de inabilitação desta, salvo no caso disposto no subitem 12.17.

12.17 - Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, devendo atentar para o disposto no subitem 4.1, “j”, deste edital.

12.18 - O prazo para regularização fiscal e trabalhista indicado no subitem 12.17 será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação, que ocorrerá no chat do Comprasnet.

12.19 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 12.18, ensejará a inabilitação da licitante.

12.20 - A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista tratados no subitem 12.17.

12.21 - Caso, mediante consulta ao SICAF da licitante, for detectado o registro de ocorrência impeditiva indireta, o Pregoeiro suspenderá a sessão e realizará diligência para apurar o respectivo registro. Tal medida busca evitar fraudes por parte de empresas que, estando impedidas de participar de licitações, utiliza-se de outras empresas com o fim de burlar a penalização. Caso, na referida diligência, seja configurada tal conduta, a licitante será declarada inabilitada.

12.22 - O Pregoeiro irá verificar a existência de registros impeditivos da contratação (Acórdão 1.793/2011 - Plenário - TCU), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ.

13 – DO RECURSO

13.1 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 20 (vinte) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.2 - As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.3 - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade competente, nos termos do artigo 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

15 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1 - Depois de homologado o resultado deste Pregão, a Administração convocará o vencedor para assinar o contrato, dentro do prazo de 2 dias, nas condições estabelecidos pela Justiça Federal do Amazonas, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da penalidade prevista no subitem 17.1 deste edital.

15.2 - O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3 - Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

15.4 - Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 15.3, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de licitação, poderá:

15.4.1 - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

15.4.2 - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada

a negociação de melhor condição.

15.5 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.6 - A regra do subitem 15.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 15.4.1.

15.7 - Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

15.8 - O contrato deverá ser assinado eletronicamente, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

15.9 - Caso o representante legal não tenha cadastro no sistema SEI do TRF1, será encaminhado ao e-mail constante na proposta de preços tutorial com o passo a passo para realização do cadastro.

15.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme artigo 3º da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, e alterações posteriores.

1511 - As disposições contratuais podem ser verificadas por meio do Anexo IX deste Edital - Minuta do Contrato e seus Anexos

16 - DAS PENALIDADES

16.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital as seguintes sanções:

16.2.1 - advertência;

16.2.2 - multa;

16.2.3 - impedimento de licitar e contratar;

16.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;

16.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 - A sanção prevista no subitem 16.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do subitem 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.5 - A sanção prevista no subitem 16.2.2, calculada na forma do Edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

16.6 - A sanção prevista no subitem 16.2.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.7 - A sanção prevista no subitem 16.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 16.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 17.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.8 - As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3 e 16.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 16.2.2.

16.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.10 - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.11 - As multas devidas, bem como os prejuízos causados ao Contratante pela Contratada serão deduzidas de pleno direito dos valores que lhe forem devidos, ou recolhidas através de GRU em favor da Justiça Federal do Amazonas, podendo ser cobradas judicialmente.

16.12 - A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, mediante o qual se garantirão o contraditório e a ampla defesa.

17 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico selic.am@trf1.jus.br.

17.2 - O Pregoeiro, auxiliado pelo setor demandante desta Contratação, decidirá sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

17.4 - Acolhida a impugnação contra o Edital e seus anexos, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30/09/2022.

17.5 - Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico selic.am@trf1.jus.br.

17.6 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.7 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, dentro do prazo, no divulgadas no portal Comprasnet (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>) e sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (<https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/>), para os interessados.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica a plena aceitação das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos.

18.2 - A autoridade superior da Justiça Federal do Amazonas poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

18.3 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

18.4 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

18.5 - Na hipótese da ilegalidade de que trata o subitem 18.2 ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.6 - As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente da Justiça Federal do Amazonas.

18.7 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.8 – A Justiça Federal do Amazonas poderá rescindir o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa, nos motivos abaixo elencados, sem, contudo, neles se resumirem:

- a) Vier a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) For envolvido em escândalo público e notório;
- c) Na hipótese de ser anulada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

18.9 - A Justiça Federal do Amazonas poderá excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a este assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade do licitante.

18.10 - Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na “home page” do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (<https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/>) e no portal Comprasnet (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.

18.10.1 - Ao acessar o link (<https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/>), o usuário deverá:

- 1. No campo “Órgão”, selecionar a opção “Seção Judiciária do Amazonas”;
- 2. Em seguida, no campo “Número”, deverá colocar o número do pregão "90002" e, ao lado, no campo "ano", preencher o ano da licitação "2026", e no campo “Situação”, selecionar a expressão “Em andamento”;
- 3. Preenchidos os dados anteriormente informados, o usuário deverá clicar no campo “Pesquisar”;
- 4. Por fim, para ter acesso ao edital e os seus correspondentes anexos e demais informações relativas ao pregão eletrônico, o usuário deverá, na próxima tela, clicar em “90002/2026”.

18.11 – O representante da empresa vencedora, após a homologação do Certame, deverá, obrigatoriamente, cadastrar-se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para fins de acesso externo ao referido Sistema. O acesso externo torna-se necessário para a realização de assinatura eletrônica do Contrato e demais documentações dele decorrentes, sendo feitos através do link “https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0”, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item 16 deste edital.

18.12 – Caso o representante da empresa já tenha cadastro no Sistema SEI, será dispensado dos procedimentos estabelecidos no subitem 19.11, devendo, neste caso, efetuar a assinatura, por meio do acesso ao link supracitado, quando o documento for devidamente disponibilizado.

18.13 - Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados pela Administração.

18.14 - Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, o seguinte anexo:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO 24298640

ANEXO II - MODELO DE CARTA PROPOSTA

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA VEDAÇÃO IMPOSTA PELO ART. 3º DA RESOLUÇÃO/CNJ Nº 07/2005;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO E SEUS ANEXOS

Manaus AM, na data da assinatura.

Helena Maria Cenci

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Helena Maria Cenci, Analista Judiciário**, em 13/02/2026, às 16:43 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24536573** e o código CRC **DD413D51**.

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA DOWNLOADS DO ANEXO I DESTE EDITAL

Documentos Disponíveis no site

Os documentos podem ser acessados por meio do link (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>):

1. Em Contratações;
2. Compras eletrônicas - Parâmetro de Pesquisa: em Situação: andamento - Etapa: abertas para participação - Modalidade: pregão - Número da compra: 90002/2026 - Pesquisa;
3. Acompanhar contratação - Downloads relacionados - Edital e anexos.
4. Em seguida, basta acessar, dentre os arquivos relacionados, o documento desejado.

Os documentos podem, também, ser acessados (<https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/>), o usuário deverá:

1. No campo “Órgão”, selecionar a opção “Seção Judiciária do Amazonas”;
2. Em seguida, no campo “Número”, deverá colocar o número do Pregão "90002" e, ao lado, no campo "ano", preencher o ano da licitação "2026", e no campo “Situação”, selecionar a expressão “Em andamento”;
3. Preenchidos os dados anteriormente informados, o usuário deverá clicar no campo “Pesquisar”;
4. Por fim, para ter acesso ao edital e os seus correspondentes anexos e demais informações relativas ao Pregão Eletrônico, o usuário deverá, na próxima tela, clicar em “90002/2026”;
5. Em seguida, basta acessar, dentre os arquivos relacionados, o documento desejado.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de caráter continuado com vistas a administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis (gasolina comum e aditivada -, óleo diesel comum e S-10), utilizando cartão eletrônico (com chips), tecnologia *smart* ou cartão com tarja magnética, mediante sistema informatizado via internet, para a frota de veículos e grupos geradores na Seção Judiciária do Amazonas-SJAM, Subseção Judiciária de Tabatinga - SSJTBT, e Unidade de Atendimento Avançado de Tefé - UAATFE, a serem realizados por meio de rede própria ou credenciada da contratada, conforme condições, quantidades e exigência estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 Define-se por serviço informatizado de gerenciamento de frota, em tempo real: a disponibilização e operação de sistema integrado de gerenciamento das despesas e informações dos veículos pertencentes à frota do órgão Contratante, com captura eletrônica instantânea das transações de consumo, com fornecimento de produtos em rede credenciada de fornecedores, mediante ressarcimento, além do fornecimento de aplicativo gerencial para a efetiva gestão e controle.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 A presente contratação será por meio da Lei 14.133/2021 e demais normativos que regulam a matéria.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 O presente Termo de Referência tem a finalidade de definir o conjunto de elementos técnicos e operacionais que deverão nortear a execução dos procedimentos administrativos para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis em rede de postos credenciados através de sistema integrado de captura eletrônica de dados a fim de atender à frota de veículos e grupos geradores da Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas (SJAM, SSJTBT e UAATFE);

3.2 A gestão dos recursos públicos tem como base os modernos princípios da administração, pautando a aplicação de seus esforços na busca de obter os melhores resultados com menores dispêndios, passando-se da gestão de recursos para a gestão de resultados. Nessa perspectiva, a contratação objeto deste Termo de Referência visa a almejar a modernidade e eficiência, revelando-se como importante instrumento gerencial e operacional;

3.3 Impende aduzir que os serviços relativos ao abastecimento dos geradores de energia da unidade também foram inseridos neste termo de referência, em decorrência da necessidade de se manter o funcionamento os equipamentos desta SJAM(Manaus-AM), SSJTBT(Tabatinga-AM) e UAATFE(Tefé-AM) nos casos de ausência de energia nas instalações prediais;

3.4 Ressalte-se ainda que a contratação dos serviços objeto do presente Termo de Referência guarda estrita relação com os princípios da eficiência e economia processual, ao tempo em que a prestação dos aludidos serviços possibilita , em última análise, efetuar o abastecimento com economicidade e praticidade, além da otimização da execução de tais serviços no âmbito da Seção de Apoio a Polícia Judicial – Sepol/ SJAM;

3.5 Demais disso, há que se considerar a imperiosa necessidade de deslocamento de magistrados e servidores desta Seccional, de outras Seccionais e do e. TRF1 e demais autoridades, no exercício de seus misteres, bem assim propiciar a execução dos diversos serviços administrativos, razões pelas quais a contratação é revestida de extrema importância, uma vez que a Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas tem a responsabilidade de alcançar resultados e, em última análise, entregar uma prestação jurisdicional célere, eficaz e de qualidade ao cidadão, garantindo, por via de consequência, o atingimento da missão institucional.

4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A prestação dos serviços de fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis para a frota de veículos e grupos geradores da Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas, sendo na SJAM(Manaus-AM), SSJTBT(Tabatinga-AM) e UAATFE(Tefé-AM), através de

sistema informatizado e cartões eletrônicos, deverá prever o que se segue:

4.1.1 Disponibilização de relatórios gerenciais de controle de despesas de abastecimento, desvios de quilometragem, de consumo, de preços praticados nos postos credenciados, discriminados por veículos da frota da Justiça Federal do Amazonas, bem como geradores, e outros que porventura forem adquiridos, conforme abaixo:

a) Relatório de Histórico: deverá fornecer ou disponibilizar, mensalmente, informações sobre o consumo de combustível de cada veículo/gerador, preços praticados em cada abastecimento e análise de consumo de combustível por veículo/gerador;

b) Relatório de Uso: deverá fornecer ou disponibilizar, semanalmente, informações sobre o uso de combustível por veículo/gerador, discriminando o posto credenciado onde foi realizado o abastecimento, localidade, horário, tipo de combustível, número de litros, valor do litro e total, placa do veículo e o condutor (que através de senha executou o abastecimento);

c) Relatório Financeiro: deverá fornecer ou disponibilizar extrato mensal identificando o consumo de cada veículo/gerador;

4.1.2 Conforme a necessidade da contratante poderão ser solicitados outros relatórios ou o aperfeiçoamento daqueles de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” para adequar e/ou aperfeiçoar o sistema de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis às normas de controle do Governo Federal;

4.2 Disponibilização de cartões individuais eletrônicos que viabilizam o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada veículo;

4.2.1 Os cartões magnéticos a serem fornecidos servirão exclusivamente para a aquisição de combustível nos postos de abastecimento credenciados, sendo de responsabilidade da contratada a programação dessa finalidade;

4.3 Equipamentos eletrônicos de leitura e gravação de dados para cartão individual microprocessado nos estabelecimentos credenciados;

4.4 Informatização dos dados de consumo, no momento do abastecimento, quilometragem, custos, identificação do veículo, do condutor, do estabelecimento, data e horário, tipos de combustíveis, quantidade em litros, em reais (R\$), médias praticadas por veículo, disponibilizar possibilidade de realização de cotação em outros estabelecimentos credenciados;

4.5 Sistema tecnológico integrado que viabilize o pagamento do abastecimento de combustíveis, junto aos estabelecimentos credenciados, por meio de cartão eletrônico;

4.6 Permissão de acesso por meio da Web (Internet), utilizando senha administrada pela Seção e Vigilância e Transportes – Sepol/SJAM, permitindo parametrização de cartões e emissão de relatórios;

4.7 Fornecimento de combustíveis por meio de rede própria ou credenciada;

4.8 Treinamento para todos os usuários indicados pela Seção de Apoio a Polícia Judicial – Sepol/SJAM, que utilizarão o serviço objeto desta contratação, num prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais da frota e dos usuários pela referida unidade;

4.9 Os condutores dos veículos da frota responsáveis pelo abastecimento terão sua identificação validada através de senha para a execução de qualquer operação na rede de postos credenciados;

4.10 A CONTRATADA disponibilizará para a CONTRATANTE base de dados descentralizada e automática para recuperação e processamento de informações relativas às informações operações realizadas por veículos/geradores de maneira a se proceder continuamente o gerenciamento e

controle da frota da Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas;

4.11 A CONTRATADA deverá capacitar e treinar os servidores indicados pela contratante no que se refere à operação do sistema de gerenciamento, controle e aquisição de abastecimento de maneira a se obter maior eficiência e eficácia na utilização do sistema.

5. DO FLUXO OPERACIONAL

5.1 Para utilização do cartão destinado ao veículo/gerador, deverá o portador apresentá-lo ao estabelecimento credenciado, onde, através do seu equipamento, será efetuada a identificação da placa ou o número do veículo/gerador, bem como verificada a consistência dos registros de hodômetro, mercadorias e serviços autorizados, definidos individualmente, para cada veículo/gerador da Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas, valor pretendido da compra e quantidade e tipo de mercadoria ou serviço a ser realizado.

5.2 Finalizada a operação, o portador digitará a senha exclusiva do sistema, pessoal e intransferível, para autorizá-la, recebendo um termo de impresso pelo equipamento, denominado “comprovante de transação”, contendo todas as informações referentes às compras de mercadorias e serviços a serem realizadas no referido estabelecimento.

5.3 O portador deverá encaminhar o referido termo impresso à Seção de Apoio a Polícia Judicial – Sepol/SJAM.

5.4 Para viabilizar a operacionalização dos serviços, a contratada deverá observar, dentre outros aspectos, o seguinte:

5.4.1 A discriminação da frota de veículos e os grupos geradores da Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas serão apresentados pela Sepol;

5.4.2 A Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas informará os limites de crédito para cada cartão, a fim de serem gastos com combustíveis;

5.4.3 A Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas poderá solicitar a qualquer tempo credenciamento de novos estabelecimentos, que atendam às exigências desta contratação;

5.4.4 Repassar à Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas todas as atualizações e alterações no sistema operacional de gerenciamento de frota de veículos utilizados nesta contratação;

5.4.5 Credenciamento de, pelo menos, uma unidade de fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool e diesel) que esteja localizada a uma distância máxima de 06 (seis) quilômetros da base operacional da Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas, localizada na Avenida André Araújo, nº 25, bairro Aleixo, Manaus – AM, e que possua atendimento 24 horas nos dias úteis e, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

5.4.6 O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário;

5.4.7 Cada cartão destinado ao veículo/gerador é de uso exclusivo do bem nele identificado, não sendo permitida a utilização deste para qualquer outro veículo/gerador, sendo da responsabilidade da Seção de Apoio a Polícia Judicial – Sepol/SJAM o monitoramento, sobre os motoristas e usuários do sistema;

5.4.8 O cancelamento do cartão somente poderá ser feito por pessoa credenciada na base operacional;

5.4.9 O uso indevido de cartão de veículo/gerador e/ou senhas não autorizados, cancelados ou bloqueados pela base operacional, se constatado,

será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão pagas pela empresa contratada;

5.4.10 Cada veículo/gerador deverá possuir seu próprio cartão e cada condutor deverá ter sua identificação validada através de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na rede credenciada.

6) DO CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA

6.1 A CONTRATADA deverá fornecer as garantias e segurança do sistema conforme a seguir:

6.1.1 A autorização para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário;

6.1.2 O bloqueio do uso da senha deverá ser on-line e a partir da base operacional definida pela CONTRATANTE, mediante senha/rotina específica;

6.1.3 Deverá ser possível a troca periódica ou validação de senha pessoal;

6.1.4 Cancelamento de senha somente pela pessoa autorizada, definida pela CONTRATANTE;

6.2 Os cartões magnéticos deverão ser individualizados e personalizados para cada veículo da frota, com as seguintes informações:

i) Número sequencial para cada veículo;

ii) Identificação da CONTRATANTE;

iii) Identificação do veículo: placa, marca e modelo;

6.2.1 Os cartões deverão ter o padrão preconizado pela ABNT e duração de no mínimo 05 (cinco) anos.

6.2.2 A inserção e validação do cartão, mais a senha do condutor capturado pela leitora de cartão do fornecedor credenciado permitirão a efetivação da despesa.

6.2.3 O sistema não deverá permitir a efetivação da despesa sem a validação da senha do condutor, e deverá registrar as ocorrências de tentativas frustradas.

6.2.4 É de responsabilidade do fornecedor credenciado a verificação da identificação do veículo constante no cartão magnético com a placa e características do veículo que receberá o produto ou serviço;

6.2.5 O sistema deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha do condutor em tempo real, bem como o bloqueio/desbloqueio dos cartões identificadores dos veículos;

6.2.6 No caso de extravio de cartões o sistema deverá permitir ao Administrador o bloqueio imediato de uso; a licitante vencedora deverá repor os cartões no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após ser comunicada;

6.2.7 Os cartões magnéticos fornecidos servirão exclusivamente para as despesas de produtos e serviços automotivos nos fornecedores credenciados, sendo de responsabilidade da licitante vencedora a programação desta funcionalidade.

6.2.8 Manter, em base gerencial de dados, disponível à CONTRATANTE, informação de consumo no momento dos abastecimentos e/ou serviços ou fornecimentos de peças e/ou acessórios, identificando os dados mínimos para cada operação, conforme este termo de referência;

6.2.9 Fornecer à CONTRATANTE a primeira via dos cartões, em pleno funcionamento e com acesso às informações, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

7. DA IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO A EXECUTAR

7.1 A CONTRATADA se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob os aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade;

7.2 O início da prestação do serviço de gerenciamento de frota de veículos, será em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviços;

7.3 Todas as operações serão realizadas interativamente, via *web*, entre o sistema da CONTRATADA e o operador-servidor autorizado pela Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas mediante opções de execução oferecidas.

7.4 A CONTRATADA deverá ofertar serviços destinados à gestão de frota, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso ao sistema, em ambiente *web* capaz de atender a todas as demandas da CONTRATANTE no escopo do objeto do contrato, e apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços objeto deste Termo de Referência;

7.5 A CONTRATADA deverá tornar disponíveis sistemas tecnológicos, fornecendo serviços de gerenciamento informatizado, com metodologia de cadastramento, controle e logística, compreendendo, dentre outros:

- a) Ampla rede de postos de combustíveis no estado do Amazonas, principalmente nos municípios de Manaus, Tabatinga e Tefé, equipadas para aceitar transações de usuários do sistema;
- b) Implantação de sistema integrado, em ambiente *web*, para veículos componentes da frota da SJAM(Manaus-AM), SSJTBT(Tabatinga-AM) e UAATFE(Tefé-AM), proporcionando um controle eletrônico do objeto deste Termo de Referência;
- c) Controle informatizado de sistemas integrados de gestão de frotas possibilitando à CONTRANTE a emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam estrito e eficaz acompanhamento da situação de gerenciamento da frota, da qualidade dos serviços prestados, bem como total dos gastos envolvidos;

7.6 A CONTRATADA deverá tornar disponível acesso a software operacional para processamento das informações nos cartões e terminais e em ambiente *web* para gerenciamento da frota da CONTRATANTE, cadastrando todos os veículos que a integram;

7.7 O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento às demandas da CONTRATANTE não deverá ser superior a 4 (quatro) horas úteis;

7.8 Será considerada como USUÁRIO a Seção de Apoio a Polícia Judicial – Sepol/SJAM, unidade administrativa da Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas, sendo designados servidores responsáveis pelo gerenciamento de frota, aos quais a CONTRATADA tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema *web* de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do órgão fiscal;

7.9 O sistema tecnológico integrado deverá viabilizar o pagamento de abastecimento de combustíveis mediante uso de senha fornecida ao gestor de frota designados pela administração;

- 7.10 Os postos de combustíveis integrantes da rede conveniada pela CONTRATADA, deverão estar plenamente equipadas para prestação de abastecimento de combustíveis para os veículos e geradores da SJAM(Manaus-AM), SSJTBT(Tabatinga-AM) e UAATFE(Tefé-AM);
- 7.11 Os estabelecimentos da rede credenciada da CONTRATADA deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados, dos preços praticados, dos descontos ofertados, da data, identificação da credenciada;
- 7.12 Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA deverão ser por esta, reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas e os referidos estabelecimentos;
- 7.13 O sistema *web* da CONTRATADA deverá promover a otimização e homogeneização das operações de manutenção realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários;
- 7.14 A CONTRATANTE se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da CONTRATADA, uma vez constatado o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função a qual lhe foi cometida;
- 7.15 Será(ão) designado(s), como fiscal(is) do Contrato, servidor(es) para executar a gestão administrativa e financeira do contrato, bem como operacionalmente, as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização do contrato, desempenhando o papel de Representante(s) da Administração conforme dispõe o art. 117 da Lei 14.133/2021;
- 7.16 A CONTRATADA deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com o(s) fiscal(is) serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais;
- 7.17 Os cartões para fornecimento de combustível deverão estar bloqueados para fornecimento de outros materiais, sendo de inteira responsabilidade da Contratada efetuar o bloqueio;

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1 A empresa vencedora do certame será aquela que apresentar o **menor preço global**, após o somatório de todos os itens, considerando-se a menor taxa de administração e o maior valor de desconto;
- 8.1.1 O preço final de cada item será apurado da seguinte forma: multiplica-se o preço unitário pelo quantitativo anual estimado; sobre este produto, será deduzido o percentual de desconto; em seguida, sobre o valor com desconto, deverá ser acrescentada a taxa de administração;
- 8.1.2 O preço global final será o somatório do preço final de cada item/material;
- 8.2 Os percentuais de desconto e de taxa de administração podem ser diferentes entre si, porém, devem ser lineares, valendo dizer que devem ser adotados os respectivos percentuais para todos os itens/materiais;
- 8.3 Assim sendo, nos itens em que participar, o licitante deverá informar os percentuais para os campos DESCONTO e TAXA, pois, após a aplicação dessas duas variáveis, o licitante obterá o seu valor global - lance a ser ofertado no sistema;
- 8.4 Para fins de apuração do menor preço global dos combustíveis (gasolina, óleo diesel e álcool), será considerado como parâmetro/base o preço médio ao consumidor, correspondente a cada combustível, que deverá ser extraído da tabela mensal/Sistema de Levantamento de Preços-SLP, atinente ao estado do Amazonas, publicada no [sítio da Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis - ANP](#)

(www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo_Mensal_Estado.asp);

8.4.1 Durante a execução do contrato, o percentual de desconto deverá incidir sobre o valor de mercado praticado na bomba dos postos da rede credenciada, em relação a cada combustível; em seguida, será aplicada da taxa de administração sobre o valor com desconto;

8.6 A presente metodologia encontra arrimo na jurisprudência do e. Tribunal de Contas da União, conforme excerto extraído do Acórdão/TCU nº 90/2013-Plenário, que esclarece acerca do critério de julgamento, nos moldes deste certame, senão vejamos, *in verbis*:

(...)

12. Contudo, **ainda que a contratação seja realizada com uma empresa de gestão, que não fornece combustível**, o modelo pressupõe que a **proposta da licitante seja parametrizada com base no preço desse produto**, tanto **para efeito de julgamento** e escolha daquela que se apresentar mais vantajosa, quanto para **precificar a execução do contrato**.

13. Na fórmula adotada pela Samf-SP, **a proposta mais vantajosa será aquela que apresentar o menor preço final após aplicados o desconto e a taxa de administração, tendo por base o preço de referência relativo à média do mercado local apurado pela ANP**. O item 7.6 do edital estabelece:

7.6. Na proposta, deverá constar o preço unitário e mensal do item (já com a taxa de desconto eventualmente aplicada), bem como o valor total do item, considerando as quantidades mensais estimadas e a taxa de administração aplicada, nos termos do modelo do ANEXO VII.

(...)

8.2.3 O critério de julgamento no presente certame será o de menor preço global, considerando-se a menor taxa de administração e a maior taxa de desconto sobre os valores dos combustíveis constantes da tabela de preços emitida pela ANP.

8.2.4 O preço global total será o resultado da soma do VALOR TOTAL MENSAL de cada um dos itens do certame, conforme consta dos anexos II e VII.

14. Portanto, **considerando que há dois fatores distintos que concorrem na formação do preço e na execução do contrato, desconto e taxa de administração**, a obrigatoriedade de compor a proposta com base no consumo previsto e nos preços unitários dos combustíveis foi a forma encontrada para contornar a impossibilidade prática de se proceder ao julgamento com base naqueles dois parâmetros isoladamente. No sistema de pregão eletrônico não é possível efetuar lances de dois valores distintos para um mesmo item. Na etapa de lances, a licitante irá consignar no sistema o seu melhor preço para o item. Na entrega da proposta escrita, irá adequá-la ao valor do lance, discriminando, sobre o preço de referência, o percentual de desconto e da taxa de administração. **Na execução do contrato, será pago à contratada o valor referente ao preço na bomba de combustível na data do abastecimento, limitado ao valor médio da ANP, deduzido do percentual de desconto e acréscimo da taxa de administração.** Não procede de forma alguma a alegação da representante de que lhe será imputada responsabilidade pela alta ou baixa dos preços dos combustíveis. **Na execução do contrato, os preços dos combustíveis se tornam autônomos em relação à proposta de preço, sendo fixas as taxas de desconto e de administração.** (destacamos)

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1 A CONTRATADA terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para assinatura do contrato, a contar da disponibilização no sistema SEI, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas;

8.2 O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, quando solicitado pela CONTRATADA durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas;

8.3 Para a emissão da Nota de Empenho será exigida a comprovação das regularidades Fiscal Federal, Estadual e Municipal e Trabalhista (certidões negativas ou positivas com efeito de negativas junto às Receitas Federal, Estadual e Municipal, bem como perante o INSS e a CEF/CRF), as quais deverão ser mantidas pela CONTRATADA durante a vigência do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1 Proporcionar todas as condições indispensáveis para que a CONTRATADA possa cumprir as execuções contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da mesma às dependências do CONTRATANTE relacionadas à execução do contrato;
- 9.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- 9.3 Receber os serviços e efetuar o respectivo pagamento devido à CONTRATADA pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato, desde que atendidas às condições estipuladas neste Termo de Referência;
- 9.4 Prestar à CONTRATADA todas as informações necessárias, quando solicitadas por escrito, em prazo de 05 (cinco) dias úteis, exceto em casos devidamente justificados;
- 9.5 Solicitar à CONTRATADA a emissão de senhas na quantidade suficiente para a perfeita utilização destas pelos usuários;
- 9.6 Solicitar, autorizar e controlar o abastecimento de combustíveis para os veículos oficiais e geradores, mediante sistema de gerenciamento informatizado oferecido pela CONTRATADA, através de formulário próprio do contratante a ser emitido por servidor autorizado;
- 9.7 Supervisionar, sempre que julgar necessário, a execução dos serviços, por intermédio de Bases de Gerenciamento;
- 9.8 Promover a entrega da senha, acompanhado do guia de utilização fornecido pela CONTRATADA, única e exclusivamente aos usuários autorizados, que obrigam-se a mantê-los sob a sua guarda e responsabilidade, respondendo a unidade organizacional pelo recebimento e distribuição das senhas e por eventuais violações, ou acesso por pessoas não autorizadas enquanto não entregues aos destinatários usuários;
- 9.9 Indicar fiscal do contrato e exercer acompanhamento e fiscalização da eficaz e eficiente execução do mesmo, a fim de que a CONTRATADA dê fiel cumprimento aos termos ajustados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, por meio de servidor(es) especialmente designado(s), que anotar(ão) em registro próprio todas as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA, para a adoção das medidas cabíveis, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- 9.10 Fornecer a relação de usuários e frota a serem cadastrados para execução contratual;
- 9.11 Solicitar a substituição de estabelecimentos de atendimentos credenciados cadastrados que forem considerados incompatíveis;
- 9.12 Comunicar formal e imediatamente a CONTRATADA acerca da ocorrência de qualquer anormalidade no fornecimento, que esteja em desacordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, fixando prazo para a sua correção;
- 9.13 Comunicar, de imediato, à CONTRATADA sobre as alterações que venham a ocorrer na frota, tais como inclusão, exclusão ou substituição de veículos da frota;
- 9.14 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.15 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- 9.16 Aplicar as penalidades previstas neste contrato e no presente instrumento, na hipótese de a contratada não cumprir o Contrato, mantidas as

situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

9.17 Rejeitar o pedido de cancelamento de entrega, se a falta do produto causar transtornos ao andamento normal dos serviços;

9.18 Disponibilizar sistema para recebimento dos arquivos da CONTRATADA.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Implantar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após o recebimento da Ordem de Execução dos Serviços, pela CONTRATADA, o serviço objeto do presente Termo de Referência;

10.2 Os trabalhos de implantação pela "CONTRATADA" referidos no item anterior compreendem:

i) Cadastramento inicial dos veículos e usuários;

ii) Estudo da logística da rede de atendimento;

iii) Estrutura de gestão;

iv) Créditos aos veículos;

v) Implantação dos sistemas tecnológicos e;

vi) Treinamento de usuários.

10.3 Responsabilizar-se integralmente por todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, *backup*, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação;

10.4 Fornecer manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente *web* abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade a ser definida pela SJAM, conforme a necessidade;

10.5 Disponibilizar cartões para abastecimento de combustível, os quais deverão estar bloqueados para os demais materiais, sendo a Contratada a responsável pelo bloqueio

10.6 Fornecer tantas senhas quantos forem solicitadas, além da previsão inicial, pela Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas, sem qualquer ônus adicional;

10.7 Prestar os serviços objeto deste Termo de Referência, em caráter contínuo, de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando recursos tecnológicos apropriados, devendo dispor, para tal, da infraestrutura e equipe técnica exigida;

10.8 Treinar e capacitar os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizar todos os recursos do sistema, bem como orientá-los sobre a correta utilização do mesmo, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada;

10.9 Reembolsar pontualmente a rede de estabelecimentos credenciados, pelo valor efetivamente consumido, ficando claro que a Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA;

10.10 Substituir, de imediato, o cartão extraviado ou que tenha sofrido algum dano que inviabilize seu uso correto, conforme solicitação da Seção de Apoio a Polícia Judicial – Sepol/SJAM;

10.11 Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, encaminhando correspondência dirigida à Seção de Apoio a Polícia Judicial – Sepol/SJAM;

10.12 Disponibilizar rede de postos de abastecimento própria ou credenciada e equipada para aceitar transações com os cartões eletrônicos, dentro do Estado do Amazonas, **no mínimo**, nas cidades de Manaus, Tabatinga e Tefé;

10.13 Providenciar a correção das deficiências ou impropriedades apontadas pela Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas quanto à execução dos serviços contratados especificamente sobre a responsabilidade da CONTRATADA;

10.14 Os serviços executados pelos estabelecimentos credenciados serão de responsabilidade da CONTRATADA, embora sejam tratados diretamente entre a Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas e o Estabelecimento Comercial;

10.15 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, para comprovação, sempre que necessário for, junto à Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas;

10.16 Nomear e manter preposto, aceito pela Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas, para representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE e assisti-la em todas as questões relativas à execução do contrato;

10.17 O estabelecimento credenciado deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;

10.18 Manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados;

10.19 Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual;

10.20 Independentemente da atuação do Gestor de Frota/Fiscal do Contrato, não se eximir de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes neste Termo de Referência;

10.21 Assumir, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas;

10.22 Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, recolhimentos de tributos incidentes, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza dos seus profissionais, preservando a Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução do contrato, de modo que a eventual inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

10.24 À CONTRATADA serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato;

10.25 A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

10.26 Responder civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços, bem como por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência;

10.27 Facilitar a ação de fiscalização da CONTRATANTE, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por ela apresentadas;

10.28 Obrigar-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração;

10.29 Responsabilizar-se pelo fiel e pontual pagamento à CONTRATANTE pelos serviços prestados;

10.30 Assegurar, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução do objeto e, verificada qualquer irregularidade, a Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas poderá suspender a execução ou recusar a aceitação do mesmo, cabendo a referida empresa arcar com as despesas até então realizadas e/ou com o ressarcimento dos valores pagos;

10.31 Gerar/emitir e disponibilizar por meio informatizado à CONTRATANTE, no primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram realizadas as despesas, Nota Fiscal/Fatura com os valores referentes à prestação de serviços executados no mês, os quais deverão corresponder aos gastos com combustíveis na rede credenciada, considerando ainda a taxa de administração estipulada pela CONTRATADA;

10.32 Responsabilizar-se, exclusivamente, por todas as despesas com:

- i) Disponibilidade de todos os mecanismos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência;
- ii) Operação e controle dos sistemas *web* utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;
- iii) Manutenção permanente de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços;
- iv) Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do Contrato;

10.33 Disponibilizar senhas, bloqueio e desbloqueio, além dos demais serviços inerentes ao objeto do contrato;

10.34 A empresa deverá alimentar e fornecer os cartões (1^{as} vias) e deixar em pleno funcionamento o acesso às informações, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais da frota e dos usuários pela Seção de Vigilância, Segurança e Transportes – Sepol;

10.35 Em caso de danos involuntários ao cartão destinado ao veículo ou ao equipamento da contratada instalado em sua rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia, etc), a contratada obriga-se a disponibilizar procedimento de compra contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para a obtenção por telefone, por parte do estabelecimento credenciado, do número da autorização de compra a ser transcrito para uma formulário específico da contratada, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota da Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas, visando a não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota;

10.36 Manter centro de atendimento em tempo integral (24 horas), em todos os dias da semana, inclusive feriados, acessado gratuitamente por telefone, para toda e qualquer comunicação entre as partes;

10.37 Realizar a transferência de créditos, da conta base para os cartões magnéticos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando solicitado via e-mail e, imediatamente, quando solicitado via telefone;

10.38 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

10.39 Disponibilizar à CONTRATANTE acesso ao sistema de controle de frota, para a emissão de relatórios que contenham, no mínimo, as seguintes informações: extrato analítico/sintético contendo todos os abastecimentos e serviços de manutenção efetuados, discriminados por período, individualmente por veículo, apresentando data, hora e local de prestação do serviço, quilometragem atual, quantidade de litros de cada abastecimento, valor/litro e autonomia média por litro.

10.40 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

11. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1 A Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas exercerá através do(s) fiscal(ais), o acompanhamento e fiscalização permanente sobre os serviços prestados, em atendimento ao disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da CONTRATADA de gerenciar, através de seu preposto, para que os serviços executados com presteza e eficiência;

11.2 Os preços praticados pela contratada, quando da cobrança da fatura, deverão ser motivo de fiscalização por parte do acompanhante do Contrato.

11.2.1. A Justiça Federal manterá registros próprios dos abastecimentos efetuados, quanto aos custos, quantidades e datas, em obediência ao disposto nos itens 4 e 5, módulo 7, da IN14-08 do TRF da 1ª Região;

11.2.2. Os dados constantes das Autorizações de Abastecimento de Veículos serão confrontados com os dados do sistema de gerenciamento de abastecimento, de frota, objeto deste Termo de Referência, prevalecendo sobre este em caso de discrepâncias entre um e outro, obedecidos em qualquer caso o contraditório e a ampla defesa;

11.3 O fiscal do Contrato suspenderá a execução dos serviços considerados inadequados, que por má qualidade ou outra irregularidade venham a comprometer as normas exigidas pela boa técnica, informando de imediato à CONTRATADA para que providencie a imediata correção;

11.4 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.5 Para fins de controle e fiscalização, no tocante aos preços dos combustíveis, serão utilizadas as tabelas mensais/Sistema de Levantamento de Preços-SLP, atinente ao estado do Amazonas e Municípios, publicadas no sítio da Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis - ANP (www.anp.gov.br/preco/);

12. DA SUSTENTABILIDADE

12.1 As empresas credenciadas pela CONTRATADA deverão, durante a execução do objeto deste Termo de Referência, atender a critérios de sustentabilidade, tais como a realização da separação e destinação adequadas dos resíduos descartados, recicláveis ou não, oriundos da execução dos serviços, sem prejuízo de outros;

12.2 Justifica-se a solicitação de atendimento a critérios de sustentabilidade, em razão do compromisso que a Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas tem para com o meio ambiente, em obediência à seguinte legislação, dentre outras normas pertinentes à matéria:

- i) Decreto Federal nº 7.746/2012;
- ii) Resolução/CNJ nº 201/2015;
- iii) Recomendação/CNJ nº 11/2014;
- iv) Resolução Presi/TRF1 nº 04/2016;
- v) Portarias Diref nºs 13/2016, 15/2016 e 12/2017;
- vi) Lei Complementar do município de Manaus nº 001/2010; e
- vii) Decreto Municipal nº 1.349/2011.

13. DO REAJUSTE

13.1 Os percentuais da Taxa de Administração e do desconto serão fixos, não sofrendo quaisquer reajustes durante toda a vigência do Contrato.

14. DOS VALORES MENSAL E ANUAL ESTIMADOS

14.1 Os valores dos combustíveis (gasolina, óleo diesel e álcool), serão os preços à vista ao consumidor efetivamente praticados pela rede credenciada junto à CONTRATADA;

14.1.1 Havendo divergências de informação entre os controles da Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas e aqueles apresentados pela CONTRATADA prevalecerão preços registrados pela CONTRATANTE;

14.1.2 Na ausência de melhor referência, considerar-se-á o preço médio publicado pela ANP, correspondente à data do abastecimento;

14.1.2.1 Na falta do preço médio de referência da tabela da ANP para as cidades de Tefé/AM e Tabatinga/AM, será tomado como base o preço máximo para a cidade de Manaus/AM;

14.2 A rede de postos de abastecimento credenciados deverá praticar preços no mercado, à vista (preço efetivamente praticado nos postos de abastecimento, ou preço da bomba), observando, em caso de qualquer divergência, os preços médios praticados em cada localidade, conforme os levantamentos periódicos de preços praticados e divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP;

14.3 A rede de postos de abastecimento credenciados deverá obrigatoriamente fornecer combustíveis aos veículos e geradores da SJAM(Manus-AM), SSJTBT(Tabatinga-AM) e UAATFE(Tefé-AM) com padrão de qualidade que esteja em consonância com as

especificações estabelecidas pelas normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP e demais legislações que regem a matéria;

14.4 Exceto nos casos expressamente previstos e admitidos na Lei n.º 14.133/2021, ou qualquer outra norma pertinente e aplicável que vier a ser expedida pelo Governo Federal, não serão aceitos quaisquer outros reajustamentos, realinhamentos, revisões dos preços e percentuais contratados, inclusive visando ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;

14.5 O valor estimado anual/global a ser contratado será no montante de **R\$ 83.443,92** (oitenta e três mil quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos), conforme discriminação constante do quadro abaixo:

Item	Combustível	Quant. estimada/mês	Quant. estimada/ano	VL. unit. (R\$)	Valor anual (R\$)	Desconto (%)	Valor com desconto	Taxa de Adm (%)	Valor Final (com desconto e TA)
1	Gasolina Aditivada	30	360	7,04	2.534,40				
02	Gasolina Comum	317	3.804	6,98	26.551,92				
03	Óleo Diesel comum	484	5.808	6,49	37.693,92				
04	Óleo diesel S-10	195	2.340	6,50	15.210,00				
05	Álcool/Etanol	30	360	5,49	1.976,40				
Total		----	----	----	83.966,64				

* Preço extraído do [sítio da ANP](#) (23902695)

** Valor sem os percentuais de desconto e da taxa de administração.

14.5.1 No valor acima mencionado estão inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

15. DO PAGAMENTO

15.1 Os pagamentos a serem feitos durante a vigência do Contrato, corresponderão ao valor dos serviços efetivamente prestados no mês, os quais corresponderão aos gastos na rede credenciada pela frota de veículos e geradores da CONTRATANTE;

15.2 Por ocasião do faturamento, deverá ser deduzido o percentual de desconto do preço de mercado praticado nos postos da rede credenciada, e adicionado o percentual da taxa de administração, ambos eventualmente ofertados por ocasião da licitação, cujo preço final, após a incidência dos tributos, representará o valor a ser pago à Contratada;

15.3 Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal, a qual deverá ser apresentada até o último dia útil de cada mês, devidamente atestada pelo setor competente da SJAM, na qual deve constar o Banco, a Agência e os respectivos códigos e nº da conta-corrente, referentes a eventuais serviços prestados;

15.3 Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras;

15.4 Dos pagamentos a serem feitos, poderão ser deduzidos e/ou compensados pela CONTRATANTE:

- i) impostos, contribuições, tributos em geral e demais valores referentes à retenção obrigatória;
- ii) valores referentes a multas e quaisquer outras penalidades pecuniárias cuja aplicação tenha transitado em julgado na esfera administrativa, desde que não haja suspensão determinada em juízo;
- iii) valores referentes a indenizações ou despesas de qualquer natureza impostas à CONTRATANTE por autoridade competente, em decorrência de descumprimento, pela CONTRATADA, de leis, regulamentos aplicáveis, sentenças judiciais, decisões administrativas etc.;
- iv) pagamentos anteriores indevidamente feitos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 - O presente contrato vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura, tendo seu início em 01/02/2026 e término em 01/02/2031, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos dos artigos 106 e 107 da lei nº 14.133/21, caso haja interesse da Administração.

17. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 Na hipótese de inexecução total ou parcial, o contrato será rescindido, nos termos da Lei 14.133/2021, assegurando à CONTRATADA o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

17.2 A ausência da manutenção das mesmas condições de habilitação e qualificação pela CONTRATADA ensejará constitui motivo para a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

17.3 A CONTRATANTE concederá um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021, em caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou total das condições fixadas no instrumento contratual, atraso na prestação dos serviços e ainda, quaisquer outras irregularidades, a CONTRATANTE poderá, assegurados o contraditório e ampla defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, aplicar as seguintes sanções:

18.1.1 Advertência ;

18.1.2 Multa:

18.1.2.1 Moratória;

18.1.2.2 Compensatória;

18.1.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

18.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior;

18.2 As sanções de multa podem ser aplicadas à contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

18.3 No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

18.4 Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do(s) pagamento(s) a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente;

18.5. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da CONTRATADA, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a contratada tomar ciência;

18.6. As penalidades aqui previstas obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 14.133/2021;

18.7. De acordo com o Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento contratual e das demais cominações legais;

18.8 Cumpridas todas as etapas, a multa, assim como os prejuízos causados, deverão ser recolhidos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE;

18.9 As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE, se não recolhidos pela CONTRATADA, serão deduzidos/glosados dos valores a serem pagos, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

18.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

18.11 Havendo motivo justo e acatado pela CONTRATANTE, ou comprovada força maior ou caso fortuito, fica a CONTRATADA isenta da sanção;

18.12 Para fins de aplicação das sanções administrativas, as infrações cometidas pela CONTRATADA serão classificadas conforme o impacto na execução do contrato, em 04 (quatro) níveis:

i) LEVE: Inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade, atribuindo-se 01 (um) ponto por infração;

ii) MÉDIA: Inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar a continuidade nem a finalidade, atribuindo-se 02 (dois) pontos por infração;

iii) GRAVE: Inadimplemento ou falha que causar impacto à execução normal do contrato, alterando a continuidade e a finalidade, atribuindo-se 05 (cinco) pontos por infração;

iv) GRAVÍSSIMA: Inadimplemento ou falha que impede a execução normal do contrato, desconfigurando sua finalidade ou impedindo sua continuidade, atribuindo-se 15 (quinze) pontos por infração;

18.13 As sanções previstas neste documento serão concretamente aplicadas à proporção da gravidade da infração, conforme tabela abaixo:

<i>Item</i>	<i>Inadimplemento/Ocorrência</i>	<i>Classificação</i>
1	Falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos à CONTRATANTE.	LEVE
2	Descumprimento de obrigações acessórias ou secundárias não classificadas com outra gravidade.	
3	Cumprimento insatisfatório das obrigações previstas no Termo de Referência e no Contrato.	
4	Deixar de emitir, ou emitir com atraso superior a 5 (cinco) dias, Nota Fiscal dos serviços contratados devido ao não pagamento de tributos, encargos sociais e trabalhistas, notadamente o INSS e FGTS.	
5	Não manter as condições de habilitação solicitadas por ocasião do processo licitatório, durante a vigência do contrato.	MÉDIA
6	Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, em prazo superior a 24 (vinte e quatro) horas e menor que 72 (setenta e duas) horas.	
7	Não cumprimento das obrigações previstas tanto no Termo de Referência como no Contrato, em relação à quantidade e/ou qualidade, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.	
8	Deixar de indicar preposto ou indicá-lo sem capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.	

9	Não apresentar ou não disponibilizar por meio informatizado relatórios ou outra documentação exigida pela CONTRATANTE	
10	Descumprimento de determinação expressa do Fiscal do Contrato.	GRAVE
11	Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, pelo prazo superior a 72 (setenta e duas) horas.	
12	Deixar de prestar quaisquer informações ou não atender, no todo ou em parte, às solicitações atinentes à prestação dos serviços contratados, dentro do prazo estipulado.	
13	Não observar as normas legais e regulares aplicáveis e, inclusive, às recomendações da CONTRATANTE.	
14	Dificultar a fiscalização da CONTRATANTE quando da execução dos serviços.	
15	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, que sejam justificados e aceitos pela CONTRATANTE, os serviços objeto deste Termo de Referência.	
16	Fornecer informação falsa relacionada ao objeto contratado.	
17	Não atender aos telefonemas e/ou não responder aos e-mail's para solucionar problemas decorrentes da execução contratual.	
18	Subcontratação parcial ou total não admitidas no Termo de Referência ou no contrato, bem como não autorizadas pela CONTRATANTE.	GRAVÍSSIMA
19	Não prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas no contato, bem como inadimplir ou falhar a ponto de impedir a execução do contrato, desconfigurando sua finalidade ou impossibilitando sua continuidade.	
20	Permitir, direta ou indiretamente, situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	
Nota 1: As ocorrências constantes desta tabela poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que tenham acontecidas no mesmo mês de referência.		
Nota 2: A não regularização dos problemas reclamados nos prazos estabelecidos, implica na aplicação de nova penalidade e, assim por diante, até a regularização.		
Nota 3: Para as ocorrências que não constam da relação acima, será aplicado nível de criticidade correspondente às irregularidades de mesmo grau de comprometimento dos serviços previstos nesta tabela.		
Nota 4: As condutas qualificadas como "Falta Gravíssima" poderão ensejar aplicação direta de penalidade independente do somatório de pontuação.		

19. DA RELAÇÃO DE VEÍCULOS E GERADORES

19.1 A CONTRATADA prestará serviços de fornecimento de combustíveis para os veículos e geradores a serem apresentados pela Seção de Apoio à Polícia Judicial - Sepol.

20. DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, normas federais aplicáveis e normas e princípios gerais dos contratos.

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Sessão Pública:/...../....., às.....horas (horário de Brasília).

Nome Fantasia:

Razão Social: CNPJ:

Endereço: Bairro: Cidade: CEP: E-MAIL: Telefone

Banco: Conta Bancária: Nome e n.º da agência bancária:

Representante Legal da Empresa: _____ (RG) / _____ (CPF)

Prazo de Validade da Proposta: _____

Item	Combustível	Quant. estimada/mês	Quant. estimada/ano	Vl. unit. (R\$)	Valor anual (R\$)	Desconto (%)	Valor com desconto	Taxa de Adm (%)	Valor Final (com desconto e TA) (R\$)
1	Gasolina Aditivada	30	360						
02	Gasolina Comum	317	3.804						
03	Óleo Diesel comum	484	5.808						

04	Óleo diesel S-10	195	2.340						
05	Álcool/ Etanol	30	360						
Total									

*No valor da proposta deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Termo de Referência.

Local e data

Assinatura

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA VEDAÇÃO IMPOSTA PELO ART. 3º DA
RESOLUÇÃO/CNJ Nº 07/2005

DECLARAÇÃO

_____ (EMPRESA LICITANTE), CNPJ nº _____, com sede na _____, Cidade/Estado _____/_____, por intermédio de seu(s) representante(s) legal(ais), Sr(a) _____, RG nº _____, CPF nº _____, em cumprimento ao estabelecido no art. 3º, da Resolução nº. 07/2005, do Conselho Nacional de Justiça, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, estar ciente da vedação imposta pelo referido artigo:

“Art. 3º - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal Contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.”

Local e data

Assinatura

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS DECLARAÇÃO (LEI Nº 9.605/98)

A empresa abaixo qualificada, interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202x, declara, sob as sanções cabíveis, de que não está sob pena de interdição temporária de direitos de que trata o art. 10 da Lei nº 9.605, de 12/02/98.

Razão Social:

CNPJ/MF:

Tel. e Fax:Endereço/CEP:

Local e data

Nome e assinatura do declarante
(número da identidade ou do CPF)

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO E SEUS ANEXOS

CONTRATO N.º ____/2026, DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE CARÁTER CONTINUADO COM VISTAS A ADMINISTRAR O FORNECIMENTO, GERENCIAMENTO, CONTROLE E AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS - E A EMPRESA _____.

CONTRATANTE: A União Federal, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS**, com registro do CNPJ/MF n.º 05.419.225/0001-09 e sede na Av. André Araújo, 25, Aleixo, Manaus - AM, neste ato representada pelo MM. Juiz Federal Diretor do Foro, **Dr. ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO**, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da PORTARIA PRESI n. 528/2024 .

CONTRATADA: Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, CEP: _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF n. _____, residente em ____ E-mail: _____ Fone: _____, que apresentou os documentos exigidos por lei.

OS CONTRATANTES resolvem celebrar o presente CONTRATO para contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de caráter continuado com vistas a administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis , observando

o disposto nos autos do Processo Administrativo n.º SEI n.º 0002365-38.2025.4.01.8002, Lei Complementar n.º 123/2006; Lei n.º 8.078/1990; Decreto n.º 8.538/2015; Resolução CNJ n.º 07/2005; Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 03/2018; Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022; Resolução CNJ n.º 07/2005; aplicando-se as disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Pregão Eletrônico n.º 90002/2026 e em conformidade com as disposições das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de caráter continuado com vistas a administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis (gasolina comum e aditivada -, óleo diesel comum e S-10), utilizando cartão eletrônico (com chips), tecnologia *smart* ou cartão com tarja magnética, mediante sistema informatizado via internet, para a frota de veículos e grupos geradores na Seção Judiciária do Amazonas-SJAM, Subseção Judiciária de Tabatinga - SSJTBT, e Unidade de Atendimento Avançado de Tefé - UAATFE, a serem realizados por meio de rede própria ou credenciada da contratada, conforme condições, quantidades e exigência estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 - A contratante pagará à contratada, pelo fornecimento do objeto, o valor disposto no quadro abaixo:

Combustível	Estimativa anual (L)	Estimativa mensal (L)	Total estimado unit. R\$	Total estimado anual	Tx. Adm	Total anual da contratação
Gasolina aditivada	360	30		R\$	%	R\$
Gasolina comum	3.804	317				
Óleo diesel comum	5.808	484				
Óleo diesel S10	2.340	195				
Etanol	360	30				

2.2 – O valor indicado no subitem anterior é decorrente da proposta de Preços apresentada e aceita no Pregão Eletrônico n.º 90002/2026, disposto no Anexo II deste Contrato.

2.3 - Os valores dos combustíveis (gasolina, óleo diesel e álcool), serão os preços à vista ao consumidor efetivamente praticados pela rede credenciada junto à CONTRATADA;

2.3.1 - Havendo divergências de informação entre os controles da Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas e aqueles apresentados pela CONTRATADA prevalecerão preços registrados pela CONTRATANTE;

2.3.1.1 - Na ausência de melhor referência, considerar-se-á o preço médio publicado pela ANP, correspondente à data do abastecimento;

2.3.1.2 - Na falta do preço médio de referência da tabela da ANP para as cidades de Tefé/AM e Tabatinga/AM, será tomado como base o preço máximo para a cidade de Manaus/AM;

2.4 - A rede de postos de abastecimento credenciados deverá praticar preços no mercado, à vista (preço efetivamente praticado nos postos de abastecimento, ou preço da bomba), observando, em caso de qualquer divergência, os preços médios praticados em cada localidade, conforme os levantamentos periódicos de preços praticados e divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP;

2.5 - A rede de postos de abastecimento credenciados deverá obrigatoriamente fornecer combustíveis aos veículos e geradores da SJAM(Manaus-AM), SSJTBT(Tabatinga-AM) e UAATFE(Tefé-AM) com padrão de qualidade que esteja em consonância com as especificações estabelecidas pelas normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP e demais legislações que regem a matéria;

2.6 - Exceto nos casos expressamente previstos e admitidos na Lei n.º 14.133/2021, ou qualquer outra norma pertinente e aplicável que vier a ser expedida pelo Governo Federal, não serão aceitos quaisquer outros reajustamentos, realinhamentos, revisões dos preços e percentuais contratados, inclusive visando ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;

2.8 - No valor estão inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Termo de Referência.

2.9 - Os percentuais da Taxa de Administração e do desconto serão fixos, não sofrendo quaisquer reajustes durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1- A despesa decorrente desta contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados no Elemento de Despesa nº xxxxxx e Programa de Trabalho nº XXXXXX

3.2 - Foi emitida a Nota de Empenho nº ..., a fim de cobrir as despesas oriundas desta contratação, no presente exercício.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – O prazo de vigência deste contrato vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante termo aditivo, nos termos dos artigos 106 e 107 da lei nº 14.133/21.

4.1.1 - A Ordem de Fornecimento será emitida em até 2 (dois) dias úteis, após a assinatura do contrato.

4.2 - A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato

superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Implantar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após o recebimento da Ordem de Execução dos Serviços, pela CONTRATADA, o serviço objeto do presente Termo de Referência;

6.2 - Os trabalhos de implantação pela "CONTRATADA" referidos no item anterior compreendem:

- i) Cadastramento inicial dos veículos e usuários;
- ii) Estudo da logística da rede de atendimento;
- iii) Estrutura de gestão;
- iv) Créditos aos veículos;
- v) Implantação dos sistemas tecnológicos e;
- vi) Treinamento de usuários.

6.3 - Responsabilizar-se integralmente por todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, *backup*, segurança, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação;

6.4 - Fornecer manual explicativo para utilização dos sistemas de atendimento no ambiente *web* abrangendo todos os perfis e configurações de menus de acesso e consolidação de dados, na quantidade a ser definida pela SJAM, conforme a necessidade;

6.5 - Disponibilizar cartões para abastecimento de combustível, os quais deverão estar bloqueados para os demais materiais, sendo a Contratada a responsável pelo bloqueio

6.6 - Fornecer tantas senhas quantos forem solicitadas, além da previsão inicial, pela Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas, sem qualquer ônus adicional;

6.7 - Prestar os serviços objeto do Termo de Referência, em caráter contínuo, de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando recursos tecnológicos apropriados, devendo dispor, para tal, da infraestrutura e equipe técnica exigida;

6.8 - Treinar e capacitar os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizar todos os recursos do sistema, bem como orientá-los sobre a correta utilização do mesmo, a fim de que sua finalidade não seja desvirtuada;

6.9 - Reembolsar pontualmente a rede de estabelecimentos credenciados, pelo valor efetivamente consumido, ficando claro que a Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA;

6.10 - Substituir, de imediato, o cartão extraviado ou que tenha sofrido algum dano que inviabilize seu uso correto, conforme solicitação da Seção de Apoio a Polícia Judicial – Sepol/SJAM;

- 6.11 - Atualizar a listagem de estabelecimentos credenciados ou excluídos, encaminhando correspondência dirigida à Seção de Apoio a Polícia Judicial – Sepol/SJAM;
- 6.12 - Disponibilizar rede de postos de abastecimento própria ou credenciada e equipada para aceitar transações com os cartões eletrônicos, dentro do Estado do Amazonas, **no mínimo**, nas cidades de Manaus, Tabatinga e Tefé;
- 6.13 - Providenciar a correção das deficiências ou impropriedades apontadas pela Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas quanto à execução dos serviços contratados especificamente sobre a responsabilidade da CONTRATADA;
- 6.14 - Os serviços executados pelos estabelecimentos credenciados serão de responsabilidade da CONTRATADA, embora sejam tratados diretamente entre a Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas e o Estabelecimento Comercial;
- 6.15 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, para comprovação, sempre que necessário for, junto à Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas;
- 6.16 - Nomear e manter preposto, aceito pela Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas, para representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE e assisti-la em todas as questões relativas à execução do contrato;
- 6.17 - O estabelecimento credenciado deverá responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;
- 6.18 - Manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados;
- 6.19 - Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual;
- 6.20 - Independentemente da atuação do Gestor de Frota/Fiscal do Contrato, não se eximir de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes neste Termo de Referência;
- 6.21 - Assumir, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas;
- 6.22 - Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, recolhimentos de tributos incidentes, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza dos seus profissionais, preservando a Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução do contrato, de modo que a eventual inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- 6.24 - À CONTRATADA serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato;
- 6.25 - A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

6.26 - Responder civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços, bem como por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços objeto do Termo de Referência;

6.27 - Facilitar a ação de fiscalização da CONTRATANTE, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por ela apresentadas;

6.28 - Obrigar-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração;

6.29 - Responsabilizar-se pelo fiel e pontual pagamento à CONTRATANTE pelos serviços prestados;

6.30 - Assegurar, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar a execução do objeto e, verificada qualquer irregularidade, a Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas poderá suspender a execução ou recusar a aceitação do mesmo, cabendo a referida empresa arcar com as despesas até então realizadas e/ou com o ressarcimento dos valores pagos;

6.31 - Gerar/emitir e disponibilizar por meio informatizado à CONTRATANTE, no primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram realizadas as despesas, Nota Fiscal/Fatura com os valores referentes à prestação de serviços executados no mês, os quais deverão corresponder aos gastos com combustíveis na rede credenciada, considerando ainda a taxa de administração estipulada pela CONTRATADA;

6.32 - Responsabilizar-se, exclusivamente, por todas as despesas com:

i) Disponibilidade de todos os mecanismos necessários à execução dos serviços, nos termos descritos neste Termo de Referência;

ii) Operação e controle dos sistemas *web* utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;

iii) Manutenção permanente de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços;

iv) Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do Contrato;

6.33 - Disponibilizar senhas, bloqueio e desbloqueio, além dos demais serviços inerentes ao objeto do contrato;

6.34 - A empresa deverá alimentar e fornecer os cartões (1ªs vias) e deixar em pleno funcionamento o acesso às informações, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais da frota e dos usuários pela Seção de Vigilância, Segurança e Transportes – Sepol;

6.35 - Em caso de danos involuntários ao cartão destinado ao veículo ou ao equipamento da contratada instalado em sua rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia, etc), a contratada obriga-se a disponibilizar procedimento de compra contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para a obtenção por telefone, por parte do estabelecimento credenciado, do número da autorização de compra a ser transcrito para uma formulário específico da contratada, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota da Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas, visando a não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota;

6.36 - Manter centro de atendimento em tempo integral (24 horas), em todos os dias da semana, inclusive feriados, acessado gratuitamente por telefone, para toda e qualquer comunicação entre as partes;

6.37 - Realizar a transferência de créditos, da conta base para os cartões magnéticos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando

solicitado via e-mail e, imediatamente, quando solicitado via telefone;

6.38 - Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

6.39 - Disponibilizar à CONTRATANTE acesso ao sistema de controle de frota, para a emissão de relatórios que contenham, no mínimo, as seguintes informações: extrato analítico/sintético contendo todos os abastecimentos e serviços de manutenção efetuados, discriminados por período, individualmente por veículo, apresentando data, hora e local de prestação do serviço, quilometragem atual, quantidade de litros de cada abastecimento, valor/litro e autonomia média por litro.

6.40 - Assinar o contrato, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da disponibilização no sistema SEI, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas;

6.40.1 - O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, quando solicitado pela CONTRATADA durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas;

6.41 - Comprovar as regularidades Fiscal Federal, Estadual e Municipal e Trabalhista (certidões negativas ou positivas com efeito de negativas junto às Receitas Federal, Estadual e Municipal, bem como perante o INSS e a CEF/CRF), as quais deverão ser mantidas pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e exigidas para a emissão da Nota de Empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Proporcionar todas as condições indispensáveis para que a CONTRATADA possa cumprir as execuções contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da mesma às dependências do CONTRATANTE relacionadas à execução do contrato;

7.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;

7.3 Receber os serviços e efetuar o respectivo pagamento devido à CONTRATADA pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato, desde que atendidas às condições estipuladas neste Termo de Referência;

7.4 Prestar à CONTRATADA todas as informações necessárias, quando solicitadas por escrito, em prazo de 05 (cinco) dias úteis, exceto em casos devidamente justificados;

7.5 Solicitar à CONTRATADA a emissão de senhas na quantidade suficiente para a perfeita utilização destas pelos usuários;

7.6 Solicitar, autorizar e controlar o abastecimento de combustíveis para os veículos oficiais e geradores, mediante sistema de gerenciamento informatizado oferecido pela CONTRATADA, através de formulário próprio do contratante a ser emitido por servidor autorizado;

7.7 Supervisionar, sempre que julgar necessário, a execução dos serviços, por intermédio de Bases de Gerenciamento;

7.8 Promover a entrega da senha, acompanhado do guia de utilização fornecido pela CONTRATADA, única e exclusivamente aos usuários autorizados, que obrigam-se a mantê-los sob a sua guarda e responsabilidade, respondendo a unidade organizacional pelo recebimento e distribuição das senhas e por eventuais violações, ou acesso por pessoas não autorizadas enquanto não entregues aos destinatários usuários;

7.9 Indicar fiscal do contrato e exercer acompanhamento e fiscalização da eficaz e eficiente execução do mesmo, a fim de que a CONTRATADA dê fiel cumprimento aos termos ajustados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, por meio de servidor(es) especialmente designado(s), que anotar(ão) em registro próprio todas as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA, para adoção das medidas cabíveis, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

7.10 Fornecer a relação de usuários e frota a serem cadastrados para execução contratual;

7.11 Solicitar a substituição de estabelecimentos de atendimentos credenciados cadastrados que forem considerados incompatíveis;

7.12 Comunicar formal e imediatamente a CONTRATADA acerca da ocorrência de qualquer anormalidade no fornecimento, que esteja em desacordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, fixando prazo para a sua correção;

7.13 Comunicar, de imediato, à CONTRATADA sobre as alterações que venham a ocorrer na frota, tais como inclusão, exclusão ou substituição de veículos da frota;

7.14 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.15 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

7.16 Aplicar as penalidades previstas neste contrato e no presente instrumento, na hipótese de a contratada não cumprir o Contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.17 Rejeitar o pedido de cancelamento de entrega, se a falta do produto causar transtornos ao andamento normal dos serviços;

7.18 Disponibilizar sistema para recebimento dos arquivos da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL DE FORNECIMENTO

8.1 - O fornecimento ocorrerá nas cidades de SJAM - Manaus-AM, SSJTBT - Tabatinga-AM e UAATFE - Tefé-AM.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A Justiça Federal de 1º Grau no Amazonas exercerá por meio do(s) fiscal(ais) da SEPOL-AM - e-mail sepol.am@trf1.jus.br, o acompanhamento e fiscalização permanente sobre os serviços prestados, em atendimento ao disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da CONTRATADA de gerenciar, através de seu preposto, para que os serviços executados com presteza e eficiência;

9.2 - Os preços praticados pela contratada, quando da cobrança da fatura, deverão ser fiscalizados por parte do acompanhante do Contrato.

9.2.1 - A Justiça Federal manterá registros próprios dos abastecimentos efetuados, quanto aos custos, quantidades e datas, em obediência ao disposto nos itens 4 e 5, módulo 7, da IN14-08 do TRF da 1ª Região;

9.2.2 - Os dados constantes das Autorizações de Abastecimento de Veículos serão confrontados com os dados do sistema de gerenciamento de abastecimento, de frota, objeto do Termo de Referência, prevalecendo sobre este em caso de discrepâncias entre um e outro, obedecidos em qualquer caso o contraditório e a ampla defesa;

9.3 - O fiscal do Contrato suspenderá a execução dos serviços considerados inadequados, que por má qualidade ou outra irregularidade venham a comprometer as normas exigidas pela boa técnica, informando de imediato à CONTRATADA para que providencie a imediata correção;

9.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.5 - Para fins de controle e fiscalização, no tocante aos preços dos combustíveis, serão utilizadas as tabelas mensais/Sistema de Levantamento de Preços-SLP, atinente ao estado do Amazonas e Municípios, publicadas no sítio da Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis - ANP (www.anp.gov.br/preco/);

9.6 - O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato, podendo culminar na extinção do Contrato, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 - Os pagamentos a serem feitos durante a vigência do Contrato, corresponderão ao valor dos serviços efetivamente prestados no mês, os quais corresponderão aos gastos na rede credenciada pela frota de veículos e geradores da CONTRATANTE;

10.2 - Por ocasião do faturamento, deverá ser deduzido o percentual de desconto do preço de mercado praticado nos postos da rede credenciada, e adicionado o percentual da taxa de administração, ambos eventualmente ofertados por ocasião da licitação, cujo preço final, após a incidência dos tributos, representará o valor a ser pago à Contratada;

10.3 Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal, a qual deverá ser apresentada até o último dia útil de cada mês, devidamente atestada pelo setor competente da SJAM, na qual deve constar o Banco, a Agência e os respectivos códigos e nº da conta-corrente, referentes a eventuais serviços prestados;

10.3 Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras;

10.4 Dos pagamentos a serem feitos, poderão ser deduzidos e/ou compensados pela CONTRATANTE:

- i) impostos, contribuições, tributos em geral e demais valores referentes à retenção obrigatória;
- ii) valores referentes a multas e quaisquer outras penalidades pecuniárias cuja aplicação tenha transitado em julgado na esfera administrativa, desde que não haja suspensão determinada em juízo;
- iii) valores referentes a indenizações ou despesas de qualquer natureza impostas à CONTRATANTE por autoridade competente, em decorrência de descumprimento, pela CONTRATADA, de leis, regulamentos aplicáveis, sentenças judiciais, decisões administrativas etc;
- iv) pagamentos anteriores indevidamente feitos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1 - A Contratante se reserva ao direito de extinguir o Contrato, o que deverá ser formalmente motivado nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas situações previstas no artigo 137 da lei nº 14.133/2021.

11.1.1 - Na hipótese de inexecução total ou parcial, o contrato será rescindido, nos termos da Lei 14.133/2021, assegurando à CONTRATADA o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

11.1.2 - A ausência da manutenção das mesmas condições de habilitação e qualificação pela CONTRATADA ensejará constitui motivo para a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

11.2 - O contratado terá direito à extinção do Contrato nos termos do § 2º, § 3º e § 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

11.3 - A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.4 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.5 - A CONTRATANTE concederá um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1 - Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021, em caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou total das condições fixadas no instrumento contratual, atraso na prestação dos serviços e ainda, quaisquer outras irregularidades, a CONTRATANTE poderá, assegurados o contraditório e ampla defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, aplicar as seguintes sanções:

I – Advertência (artigo 156, I, da lei nº 14.133/2021);

II – Multa Moratória e Compensatória (artigo 156, II, da lei nº 14.133/2021);

III - Impedimento de licitar e contratar com a União (artigo 156, III, da lei nº 14.133/2021); e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 156, IV, da lei nº 14.133/2021).

V - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior;

12.2 - As sanções de multa podem ser aplicadas à contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

12.3 - No processo de aplicação da sanção administrativa é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

12.4 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do(s) pagamento(s) a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente;

12.5 - As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da CONTRATADA, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a contratada tomar ciência;

12.6 - As penalidades aqui previstas obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 14.133/2021;

12.7 - Cumpridas todas as etapas, a multa, assim como os prejuízos causados, deverão ser recolhidos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE;

12.8 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE, se não recolhidos pela CONTRATADA, serão deduzidos/glosados dos valores a serem pagos, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

12.9 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

12.10 - Havendo motivo justo e acatado pela CONTRATANTE, ou comprovada força maior ou caso fortuito, fica a CONTRATADA isenta da sanção;

12.11 - Para fins de aplicação das sanções administrativas, as infrações cometidas pela CONTRATADA serão classificadas conforme o impacto na execução do contrato, em 04 (quatro) níveis:

i) LEVE: Inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade, atribuindo-se 01 (um) ponto por infração;

ii) MÉDIA: Inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar a continuidade nem a finalidade, atribuindo-se 02 (dois) pontos por infração;

iii) GRAVE: Inadimplemento ou falha que causar impacto à execução normal do contrato, alterando a continuidade e a finalidade, atribuindo-se 05 (cinco) pontos por infração;

iv) GRAVÍSSIMA: Inadimplemento ou falha que impede a execução normal do contrato, desconfigurando sua finalidade ou impedindo sua continuidade, atribuindo-se 15 (quinze) pontos por infração;

12.11.1 - As sanções previstas serão concretamente aplicadas à proporção da gravidade da infração, de acordo com o item 18.12 do Termo de Referência,

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 – Este Contrato poderá ser alterado, obedecidas as disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 - Os referidos Bancos de Dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1 - A Contratada deve observar as normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026. Em especial observar o disposto na Resolução CNJ nº. 400, de 16 de junho de 2021.

15.2 - Devem ser observados os requisitos de sustentabilidade pertinentes ao objeto da contratação e os que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

15.2.1 - Emprego de materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

15.2.2 - Descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão.

15.3 - A CONTRATADA deverá conscientizar seus empregados quanto ao uso racional dos recursos naturais, com vistas à redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como reduzir a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais.

15.4 - A Contratada deverá observar e cumprir todas as normas relativas à sustentabilidade dispostas nesta cláusula, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.5 - As empresas credenciadas pela CONTRATADA deverão, durante a execução do objeto do Termo de Referência, atender a critérios de sustentabilidade, tais como a realização da separação e destinação adequadas dos resíduos descartados, recicláveis ou não, oriundos da execução dos serviços, sem prejuízo de outros;

15.6 - Deverá obediência à seguinte legislação, dentre outras normas pertinentes à matéria:

i) Decreto Federal nº 7.746/2012;

ii) Resolução/CNJ nº 201/2015;

iii) Recomendação/CNJ nº 11/2014;

iv) Resolução Presi/TRF1 nº 04/2016;

v) Portarias Diref nºs 13/2016, 15/2016 e 12/2017;

vi) Lei Complementar do município de Manaus nº 001/2010; e

vii) Decreto Municipal nº 1.349/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 – Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA OBRIGAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

17.1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1 - O presente Contrato será publicado nos termos da Lei n. 14.133/2021 e, em forma de extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA -DO FORO

19.1 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Manaus, Seção Judiciária do Amazonas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2 - E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato e seus anexos os quais, depois de lidos, são assinadas pelos representantes das partes mediante senha eletrônica.

Manaus/AM, na data da assinatura.

ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO

Juiz Federal Diretor do Foro

CONTRATANTE

CONTRATADA

Representante

Procurador/cargo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA 24298640

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS DA CONTRATADA

Avenida André Araújo, 25 - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.trf1.jus.br/sjam/

0002365-38.2025.4.01.8002

24536573v12